



FLÁVIO BENJAMIN CORRÊA DE ANDRADE

Entrevista realizada na residência do depoente,
no dia de 7 de agosto de 2015, por Gunter Axt.

Flávio Benjamin Corrêa de Andrade nasceu em 31 de agosto de 1928, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Filho de Dolor Ferreira de Andrade, deputado federal, e Avelina Corrêa de Andrade. Casou-se com Ana Concepcion de Andrade.

Estudou no Barão de Melgaço, em 1939; e no Ginásio Municipal Dom Bosco, de 1939 a 1943. Concluiu o ensino secundário científico Anglo-Latino, em 1947, na cidade de São Paulo, capital. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 1952. Participou do Curso de Aperfeiçoamento em Criminologia, do Conselho Nacional de Política Penitenciária, no período de 15 de agosto de 1980 a 11 de abril de 1981; e do Curso de Especialização em Criminologia e Ciência Penitenciária, no período de 15 de agosto de 1980 a 24 de julho de 1981.

Ingressou no Ministério Público Militar (MPM), após ser designado por Decreto, assinado em 26 de julho de 1954, pelo então presidente da República Getúlio Vargas, para assumir o cargo de primeiro substituto da Justiça Militar, com exercício na Auditoria da 9ª Região Militar, em Mato Grosso. Tomou posse em 1º de setembro de 1954, perante o então procurador-geral de Justiça Militar Fernando Moreira Guimarães. Permaneceu no posto até a publicação de sua dispensa, em 17 de dezembro de 1975, em virtude de nomeação para outro cargo público.

Em 21 de dezembro de 1959, foi aprovado no primeiro concurso público do MPM, no cargo de promotor de terceira categoria da Justiça Militar. Entretanto, somente pelo Decreto de 4 de dezembro de 1975, Flávio Benjamin Corrêa de

Andrade foi aproveitado no cargo de procurador de terceira categoria. Tomou posse em 17 de dezembro desse ano, perante a presença à época do procurador-geral de Justiça Militar Ruy de Lima Pêsoa. Em 4 de setembro de 1979, foi designado por Decreto, assinado pelo governador do Estado de Mato Grosso do Sul, no período, Marcelo Miranda, para exercer o cargo em comissão de secretário-adjunto, na Secretaria de Justiça.

Pediu exoneração do cargo comissionado no ano seguinte, em 7 de novembro de 1980. Nesse ano, foi agraciado com a medalha de Mérito Criminológico, da Sociedade Brasileira de Criminologia e Ciência Penitenciária, pelos relevantes serviços prestados à ciência penitenciária e criminológica.

Removido, ex officio, em 3 de novembro de 1987, para a Procuradoria-Geral de Justiça Militar, em razão de sua promoção ao cargo de procurador militar de primeira categoria, ocorrido em 22 de outubro de 1987.

Em sessão de 23 de novembro de 1989, o Conselho da Ordem do Mérito Judiciário Militar admitiu Flávio Andrade no grau de Alta Distinção da aludida Ordem. A entrega ocorreu no Edifício-Sede do Superior Tribunal Militar, em Brasília, na data de 5 de abril de 1990.

Em agosto de 1990, foi designado a atuar no Conselho de Assuntos Especiais, de caráter consultivo. Nesse período, o então procurador-geral de Justiça Militar, Milton Menezes da Costa Filho, determinou que o procurador militar de primeira categoria Flávio Andrade tivesse exercício provisório e em caráter excepcional para atuar na Auditoria da 9ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM).

Em 31 de outubro de 1991, foi designado para coordenar regionalmente o VI concurso público para provimento na carreira do MPM, para atuação na 7ª CJM, em Recife, Pernambuco, incumbindo-lhe os encargos de planejamento, coordenação e controle. No ano seguinte, 1992, ele foi promovido, por merecimento, ao cargo de subprocurador-geral Militar, em 1º de abril; e se aposentou em 3 de dezembro.

O subprocurador-geral de Justiça Militar aposentado Flávio Benjamin Corrêa de Andrade faleceu em 29 de dezembro de 2020, em Campo Grande/MS.

Memória MPM – De onde o senhor é natural?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – De Campo Grande.

Memória MPM – Como foi a opção pelo Direito? Estudou aqui em Campo Grande?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Sim, antigamente o ginásio se fazia em sete anos, dois dos quais eram chamados de pré-universitários. Quando eu cursava o 3º ano, veio a reforma que extinguiu o 5º ano ginásial e os dois anos pré-universitários, incluindo o científico e o clássico. Eu terminei o ginásio, mas, como em Campo Grande as opções de continuidade nos estudos se restringiam a Contabilidade, meu pai resolveu me enviar, em 1945, para São Paulo, onde me matriculei no Colégio Marista Arquidiocesano. Porém, não me adaptei ao sistema, porque as aulas eram das 9h às 11h, retomando às 14h para terminar às 17h; e como eu morava distante, na Vila Mariana, passava mais tempo no bonde do que em sala de aula. Para não perder o ano, me matriculei em um curso para o Colégio Militar, o Preparatório de Campinas. Quando veio o resultado dos exames, dos alunos que estavam no Preparatório eu fui o único que passou. Porém, no exame físico eu reprovei, pois era muito magro e não alcancei o peso mínimo exigido. Então, perdi o ano porque não consegui ir para o Colégio Militar. Assim, ingressei em um colégio chamado Anglo-Latino, em São Paulo, e cursei o 2º ano do científico.

Nas eleições gerais de dezembro de 1945, meu pai, Dolor Ferreira de Andrade, se elegeu deputado federal, por Mato Grosso, pela União Democrática

Nacional (UDN): foi o deputado mais votado do estado. Ele havia sido constituinte de 1935 e se tornava novamente constituinte, em 1946. Assim, no começo de 1946, nos mudamos para o Rio de Janeiro e acabei me transferindo para o Anglo-Americano. Mas sofri um baque porque o Anglo-Latino se direcionava para o vestibular, ou seja, se você fosse tentar engenharia, faria matérias dessa área, e assim por diante; e não havia foco em idiomas. No Anglo-Americano, ensinava-se inglês desde o primário. Todo mundo falava o inglês, e eu não entendia uma palavra naquela época: acabei ficando deslocado. Mesmo assim, consegui terminar o científico. Um amigo, Carlos, mas que chamávamos de Pintinho, cujo pai era o maior oftalmologista do Rio de Janeiro, me incentivou a fazer Medicina. Eu cheguei até a frequentar um curso chamado São Salvador, voltado para o vestibular de Medicina. Mas, eu nunca me achei com jeito para médico.

Morávamos na Avenida Atlântica, junto à praia, e um dia o menino que entregava roupa da tinturaria foi atropelado e morreu em frente ao nosso prédio. Colocaram-no no banco do calçadão, eu desci e vi. Conhecia-o e fiquei muito chateado. Foi quando decidi que não faria Medicina, eu não tinha vocação para isso.

Decidi então ir para o Direito, apesar de ser a última coisa que eu pensava em fazer. Estudei intensamente, principalmente latim. Como eu tinha feito científico, não tinha estudado latim, assim eu decorava letra por letra dos textos que caíam na prova. Passei na Faculdade do Distrito Federal. Quando entrei ainda era particular e se chamava Faculdade do Catete. Pagávamos mensalidade. Eu entrei em 1948 e saí em 1952. Quando eu já estava no 5º ano, passou a se chamar Faculdade de Direito do Distrito Federal; e, com a federalização, foi

devolvido todo o dinheiro que nós havíamos pago. Entregamos tudo para a festa de formatura, que foi assim uma grande celebração.

Depois de formado, voltei para Campo Grande e fiquei lecionando no Colégio Oswaldo Cruz. Um dia recebi um telegrama do meu pai dizendo algo assim: “Assuma a Procuradoria da 9ª Região da Justiça Militar”. Entrei em contato com ele e perguntei o que isso significava. Ele disse que era só por seis meses. Meu pai havia sido juiz-auditor da Justiça Militar e era muito conceituado. Como ele estava no Rio de Janeiro, o procurador-geral, dr. Fernando Moreira Guimarães, telefonou-lhe dizendo que estava com uma dificuldade, pois o promotor daquela região havia sido eleito deputado estadual. Como não havia mais ninguém em Campo Grande, ele pediu uma indicação ao meu pai, que lhe disse que eu havia me formado há dois anos e que estava em Campo Grande. Foi assim que assumi, com a promessa de que em seis meses eles resolveriam a vacância. Nunca resolveram. E fui gostando.... Me dei bem com o auditor, uma pessoa inteligente, com quem aprendi muito.

Eu entrei em julho de 1954. Em dezembro de 1959, aconteceu um concurso para promotor da Justiça Militar. Me inscrevi. Quando eu cheguei ao Rio para fazer o exame, falaram que, como eu já tinha mais de cinco anos, não precisava fazer o concurso, já estaria garantido. Conversei com meu pai, que insistiu que eu prestasse o concurso, porque assim provaria ter condições de exercer a função, mesmo que não precisasse disso. Porém, era um concurso muito difícil, havia apenas duas vagas. Eu fui aprovado, mas não entre os primeiros colocados. Quem ficou em 1º lugar foi o Ruy [de Lima] Pessôa e em 2º o Milton [Menezes da Costa]. Os dois foram nomeados. O 3º veio para Campo Grande. Eu saí para ele assumir o cargo, mas ele me disse que não

ficaria muito tempo, pois havia passado no concurso para juiz federal no Rio de Janeiro.

Como eu tinha direito a uma licença-prêmio, pedi-a, com o consentimento do procurador-geral, para não ser desconvocado. Quando o colega foi nomeado juiz, quem assumiu foi um mineiro, também concursado, que depois até foi cassado. Nesse ínterim, assumi um período e depois voltei para completar a licença-prêmio. Nessa época, estava para vencer o prazo do concurso, e a Marly [Gueiros Leite] entrou com um mandado de segurança: o Tribunal deu ganho de causa para ela assumir, mesmo expirando a validade. O rapaz de Minas Gerais voltou para seu estado, e eu reassumi porque não havia mais candidatos aprovados do concurso.

Quando veio a Revolução de 1964, eu já havia reassumido. Campo Grande era uma cidade pequena, e foi aquele bafafá. Prenderam algumas pessoas de posse, gradas na sociedade, como um médico famoso, doutor Alberto Neder, tido como presidente local do Partido Comunista, que estava na ilegalidade. O governador Fernando Correa da Costa, da UDN, companheiro de partido do meu pai, estava em Cuiabá sem saber o que fazer. O general já queria prender o Fernando porque ele estava indeciso diante da Revolução, mas como eu tinha contato diário com o general, consegui acalmá-lo. O Fernando acabou apoiando a Revolução, e foi tudo resolvido.

Graças a Deus, os militares em Campo Grande acabaram sendo até condescendentes. Prenderam alguns, mas não foi uma coisa, assim, abrupta. Isto é, algumas coisas não precisavam ter acontecido, mas podia também ter sido bem pior.

Para os que foram presos e enviados à cadeia, foi aberto um Inquérito Policial Militar (IPM). Eu de fora, sem saber de muita coisa. Mas o general me chamou e entregou-me os processos. Levei para casa e os li. Voltei lá e lhe disse que não tinha como apresentar denúncia, pois a Lei de Segurança Nacional, ainda a do período do governo Getúlio Vargas, não classificava como crime aquilo que estava ocorrendo em 1964. Disse, então, para ele remeter ao juiz da comarca, que deveria decidir. Ele achou um absurdo! Recomendei-lhe consultar o marechal [Estevão] Taurino [de Rezende Netto], que então presidia a Comissão Geral de Investigações (CGI), pois eu não me sentia em condições de denunciar aquelas pessoas, até porque não havia provas das possíveis acusações, como o financiamento das atividades políticas com dinheiro estrangeiro vindo da URSS.

Ele afinal se acalmou e pediu-me então para entregar os processos em mãos para o juiz. Não me neguei. Fui lá, eu lembro bem, era um juiz magrinho, e lhe disse: “Aqui está o abacaxi, você resolve o que vai fazer!”. Isso ocorreu antes do Ato Institucional II (AI-2), ainda em 1964. A solução que ele deu foi segurar os processos por mais de um ano até chegar o AI-2, quando os reencaminhou para a Auditoria. Quando lá chegaram, já haviam nomeado um novo 2º substituto, o doutor Oclécio Barbosa Martins, vereador da Câmara de Campo Grande. Eu lhe disse que estava em licença, e que ele teria de resolver aquele negócio.

Entrementes, um coronel – sujeito gentil e ponderado – abriu outro IPM, especificamente para Campo Grande (o primeiro, do general, era para todo o Estado), e solicitou que eu o acompanhasse durante os interrogatórios. Mas, ele só fazia interrogatório depois das 23h. Telefonava-me à noite para me chamar.

Assim, interrogamos os presos, todos meus conhecidos, como o doutor Alberto Neder, cuja mãe era muito amiga da minha avó, um laço familiar. Apesar de ser um novo IPM, os réus eram os mesmos. O doutor Alberto chegara a fugir durante uma confusão e fora morar em uma fazenda em Rio Brillhante, mas descobriram e o prenderam novamente. Até houve um boato de que o teriam algemado, mas eu perguntei ao próprio Alberto se o tinham maltratado, e ele me garantiu que não, estariam só querendo se gabar por meio da prisão dele. O dr. Marcondes, de uma ala radical, garganteava sobre a prisão do Alberto e de como ele teria sido humilhado. “Não tem nada disso...!”, me disse o próprio Alberto, “me prenderam sim, mas ninguém me amarrou”. Durante o interrogatório, ele afirmou ser comunista, ter acesso à literatura marxista, porém jamais havia praticado qualquer ato revolucionário. Quando o depoimento acabou e foram datilografar, o coronel perguntou se ele tinha uma caneta para assinar, e ele disse que não, pois ali consideravam a caneta dele como uma arma...[risos]

Para você ver qual era o ambiente aqui em Campo Grande, mandaram prender o vice-prefeito, membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Nelson Trad, que foi deputado federal durante muitos anos e era uma pessoa nacionalmente conhecida. O Nelson era meu conterrâneo, contemporâneo de ginásio, tínhamos amizade um pelo outro. Ele não tinha nada de comunista, nunca foi! Então, eu ficava pensando: por que o tinham prendido?... Aquilo ficou na cabeça. Em uma oportunidade, no quartel-general, eu perguntei por qual motivo ele havia sido preso, e a resposta foi a seguinte: “Prender o doutor Alberto Neder não dava repercussão nacional, pois ninguém sabia quem ele era. Agora, prender o vice-prefeito de Campo Grande dava manchete nacional.” Então, ele foi preso só por ser vice-prefeito.

Esse general, quando foi transferido, reuniu o Estado Maior: fomos convidados para a despedida. Uma das frases dele nesse momento, dita com tom de ironia, naturalmente, foi que sentiria saudades do dr. Flávio. Porque ele falava que ia fazer algo de um modo, eu dizia que não dava, mesmo assim ele fazia. Quando chegava à Procuradoria, eu anulava. Ele brincou em seu discurso: “Vamos dançar um samba?” Porque eu dizia: “Essa música não danço.” E não dançava mesmo! Ele fazia e eu anulava.

Uma vez ele me chamara para acompanhar a prisão do comandante de Porto Murtinho, lembro-me bem disso. Coisa interna deles lá. Queria que eu fosse junto. Pegamos o avião. Eu continuei contestando o motivo da prisão. Tinha que ter um motivo, isto é, se ele desobedeceu a uma ordem, era uma questão interna, administrativa, e não envolveria Justiça, logo a Auditoria não deveria participar. Quando nós já estávamos voltando, mencionou que faria tal coisa, eu disse que não era para fazer, porque estava errado. Ele insistiu que faria, logo eu disse: “Então faça, mas antes deveria consultar o marechal Taurino.” Passado uns dias ele me procurou, perguntei se estava tudo bem, mas ele disse que não, de jeito algum: “precisamos fazer uma outra Revolução! O marechal deu razão a você. Está anulando a Revolução!”. Depois fiquei sabendo que ele já estava de olho numa promoção, para ser adido militar no Uruguai. Queria efetuar prisões para aparecer. Assim foi a Revolução... Podia ter sido bem pior. Graças a Deus, aqui em Campo Grande, não houve quase nada. Esse processo, afinal, correu normalmente. Terminou tudo em paz.

Memória MPM – Esses foram os processos relativos à Lei de Segurança Nacional da época?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Em Campo Grande, basicamente foram esses. Eu assessoriei no segundo, e o Oclécio se manifestou no primeiro.

Memória MPM– E assaltos a bancos? Ou algum resquício de guerrilha rural?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Não, nada! Se bem que, já em meados dos anos 1970, apareceu um sujeito de origem paraguaia, dono de um restaurante em Dourados, que armazenou armas e munição para uma guerrilha no Paraguai. A prisão ocorreu na localidade de Ponte do Grego. O chefe do Estado Maior do Exército era o [Sílvio] Frota, que quis ser presidente depois, mas não conseguiu. Foi aquele alvoroço! O procurador-geral nessa época era o Ruy [de Lima] Pessoa e ficou bravo comigo, pois queria que eu enviasse fotografias do armamento, para fazer repercussão, que eu o alertasse dos fatos. Mas, eu sou contra badalação. O irmão desse paraguaio de Dourados era muito meu amigo aqui em Campo Grande, Frederico Mandelique. Fizeram o inquérito em Dourados, mas não arrolaram só o irmão e a cunhada, que realmente eram metidos na guerrilha visando atingir o Paraguai: indiciaram também o Frederico Mandelique, que era engenheiro e dono da chácara onde morava o irmão. Também indiciaram um médico de Dourados, só porque tratava do paraguaio, e o advogado que o defendia. Um absurdo! Quando o processo chegou para mim, eu disse que apresentaria denúncia somente para os paraguaios envolvidos na guerrilha e retiraria o Frederico, o médico e o advogado. Mas, como eu era muito amigo do Frederico, achei que precisava me colocar em suspeição, de forma que nomearam outro procurador para o caso. Demoraram um ano e tanto para efetuar essa nomeação.

Memória MPM – Enquanto isso ficaram todos presos?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Não, apenas o casal.

Durante esse ano, aconteceu outro caso interessante: uma fábrica de armamentos de São Paulo enviou uma carga de munição para Mato Grosso. Quando o caminhão chegou à ponte do Paraná, a munição foi apreendida, porque a nota fiscal não conferia com a carga. Prenderam o motorista. O general, do qual não me recordo o nome e nem quero me lembrar, me chamou para verificar o caso. Tentei entender o que realmente acontecera. Bem, havia duas cargas saindo ao mesmo tempo da fábrica, uma para o Norte e outra para o Mato Grosso, e um funcionário se equivocou, trocando-as. Uma besteira! Não havia má fé em nada. Imediatamente mandei soltar o motorista! O juiz- auditor, dr. Paulo [Jorge] Simões Correia, concordou comigo, já que se provava ter sido apenas um descuido, sem indícios de crime. Mas, por causa desse episódio, o general implicou comigo e com o Paulo, principalmente com o Paulo. Escreveu um ofício para o ministro do Superior Tribunal Militar dizendo que não podia continuar com os dois aqui, eu e o Paulo.

O Paulo era uma pessoa íntegra. Quando foi chamado explicou a situação, e o ministro viu que o general estava criando um caso besta e sugeriu transferir o Paulo para o Rio de Janeiro, mas o Paulo disse que não aceitava. O general que fosse transferido, porque ele não sairia do Mato Grosso.

Sabe o que essa situação rendeu para mim? Eu era 1º substituto da 9ª Região Militar, ou seja, não era do quadro de efetivos. Veio o aproveitamento de

vários que estavam na mesma situação que eu, mas eu não fui aproveitado: não me puseram no quadro efetivo.

Eu fui a Brasília conversar com o procurador-geral, e ele me disse que tinha estranhado, pois eles haviam vetado um na Aeronáutica, sabidamente uma pessoa inidônea; outro na Marinha, que também tinha certo histórico...; e no Exército, tinham-me marcado, apesar de não haver nada contra mim lá. Somente se fosse algo no Serviço Nacional de Informações, avaliou o procurador-geral. Mas, o que o SNI teria contra mim?

Perguntei a um conhecido meu, Afrânio de Figueiredo, então chefe do SNI no Mato Grosso, se havia alguma coisa contra mim, pois eu não sabia o que estava acontecendo. Ele disse que pelo que sabia não constava nada. Então decidi ficar quieto. E continuei assim, sempre como suplente, mas funcionando, pois não havia quem ocupasse a vaga em Mato Grosso.

Meu pai comentou com um general muito amigo, chamado Cezar Back, que eu estaria sendo injustiçado, pois não havia nada contra mim, mas ao mesmo tempo não me incluíam no quadro. O Cezar era muito amigo do vice-presidente, que havia sido ministro do Superior Tribunal Militar [Adalberto Pereira dos Santos], e falou com ele sobre o caso. Disse que achava estranho, pois conhecia pessoas bastante simpáticas em relação mim e não sabia o que existia contra a minha indicação. Afirmou, porém, que, se chegasse o pedido à Presidência da República, ele me efetivaria... Mas não saía da Procuradoria-Geral.

Por essa época, chegou um auditor novo em Campo Grande, que se tornou meu amigo. Um dia me perguntou o que havia contra mim, e eu respondi

que não sabia. Ele garantiu que descobriria. Ele tinha um primo na Marinha, capitão de fragata, que estava no SNI. Um dia me recomendou ir a Brasília, que o primo me receberia. Fui. Já na sala ele me perguntou se eu era casado no Paraguai, e confirmei, pois minha esposa, Ana Concepción de Andrade, é de origem paraguaia. Ele me perguntou então se eu havia dado por suspeição num processo; confirmei, explicando que o outro procurador que me substituía dera a denúncia exatamente como eu imaginava, excluindo o Frederico, o médico e o advogado; e indiciando somente o irmão e a cunhada do Frederico. O procurador então me perguntara se eu podia continuar, e eu concordei, já que eu não tinha nenhuma relação com os dois: acusara-os, e eles foram condenados. Ele então fez uma ligação telefônica. Não prestei muita atenção, mas quando desligou disse que deveria ir ao Ministério da Justiça, pois o Armando [Ribeiro Severo] Falcão estava me esperando. Fui a pé até lá. No caminho fiquei pensando o que o Ministro da Justiça me diria. Quando cheguei lá o chefe de gabinete disse que já tinham localizado meu caso e que não era necessário falar com mais ninguém, pois a minha ficha já tinha sido limpa no SNI!

Então, voltei para Campo Grande. Eu estava em Ponta Porã quando recebi um telefonema do meu pai, falando para eu voltar depressa para Campo Grande porque o presidente da República já tinha assinado a minha nomeação para o quadro. Fui chamado a Brasília pelo Ruy de Lima Pessoa para assinar minha nomeação para procurador de terceira categoria, em 1975.

O juiz-auditor de Campo Grande, um sujeito muito conhecido, afirmou que havia um mistério qualquer ali, pois uma procuradora queria ser nomeada para Campo Grande, e eu estava atrapalhando a nomeação dela, então eles me passaram para o quadro para poderem nomeá-la. Foi dito e feito: quando

cheguei a Brasília para assinar minha nomeação, essa procuradora veio-me dizer que iria para Campo Grande. Para você ver, lá em Campo Grande já sabiam de toda a trama [risos]...

Memória MPM – E depois disso o senhor foi para Brasília?

Flávio Benjamin Corrêa de Andrade – Isso é outro fato interessante. Eu estava aqui em Campo Grande, e tudo andava bem. De vez em quando, ligavam-me dizendo que, como eu era o mais antigo do quadro, iriam me promover. Mas eu sempre dizia que não aceitava promoção, pois, com o ordenado que nós ganhávamos, não tinha como eu sustentar minha família na Capital, ou numa cidade maior. Até que um dia, eu comecei a receber telefonemas de colegas de fora pedindo para trocar de lugar. Eram dois do Nordeste, pois como eu já seria nomeado para Brasília, um conseguiria vir para Campo Grande. Mas, eu não estava sabendo de nada e não trocava com ninguém. Eles insistiam porque já era para sair o decreto. Porém, quando saiu a promoção, em 1986, o nomeado foi o Kleber [de Carvalho Coêlho]. Tudo bem, continuei em Campo Grande, e o Kleber foi para Brasília. Por antiguidade, depois, não teve jeito: eles tiveram que me nomear. Aí já estávamos em 1990. Porém, eu não me desloquei para Brasília. Até que recebi um rádio do subprocurador Antônio Brandão de Andrade, que estava exercendo interinamente o cargo de procurador-geral, confirmando a promoção. Depois do telegrama eu resolvi atender o dr. Brandão e ir para Brasília. Quis saber o que iria acontecer, onde eu moraria e como seriam as coisas. A sugestão dele foi morar no hotel ou alugar o apartamento vago de uma colega, pois a diferença de salário que receberia daria justamente para cobrir essa despesa.

Fui a Brasília com o plano de ficar apenas seis meses, pois já tinha o direito de me aposentar com mais de 35 anos. O Milton [Menezes da Costa] também estava lá, mas tinha deixado o cargo de procurador-geral em 1985, para reassumi-lo em 1990. Nesse momento, o procurador-geral era o Dudu [Eduardo Victor Pires Gonçalves], que insistiu para eu ficar, porque não tinha mais ninguém para nomear. Tanto é que eu, já como procurador de primeira, fui para Bagé, Recife, Belém do Pará, em substituição.

Anos mais tarde, o dr. Paulo Fontes se desentendeu com Kleber [de Carvalho Coêlho] e me confidenciou que tinha um arrependimento, pois fora ele quem fizera as gestões para me tirar da lista de promoção, substituindo meu nome pelo do Kleber. Ele me disse que ficava se perguntando onde que estaria então com a cabeça para fazer aquilo [risos].

A minha estada em Brasília se fez menos árida graças ao Antônio Brandão de Andrade, já falecido, em casa de quem eu almoçava e jantava, quase todos os dias. Ele era uma pessoa adorável, muito simples, viajava o mundo e mandava carta para a gente de toda a parte. Ele tinha um problema no coração, tinha sofrido um infarto no aeroporto de Cancun. Estavam insistindo para colocar uma ponte de safena. Mas não queria operar, porque afirmava que já o havia sido espiritualmente. Quando foi se aposentar, me perguntou: “eu tenho esse problema cardíaco que você sabe, se eu o apresentar na aposentadoria fico isento do imposto de renda, o que você acha?” Eu disse que ele deveria fazer, pois era um direito, todo mundo sabia que ele estava doente. Mas, ele insistia que tinha dúvida. Ele era todo cuidadoso com essas coisas e não gostava de pedir nada que não fosse efetivamente de direito. Era, além disso, um administrador muito previdente. Era uma pessoa fantástica. Para comemorar

os 80 anos, ele reuniu os amigos em Salvador. Chegando lá, encontrei o Paulo Fontes, o Kleber, que faleceu logo depois.

Memória MPM – Como foi a aposentadoria?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Me aposentei em dezembro de 1992, quando o Milton [Menezes da Costa] se encaminhava para o segundo biênio – o Milton fora procurador-geral nomeado entre 1977 e 1985 e retornou em 1990, já eleito pela classe e nomeado pelo procurador-geral da República a partir da lista tríplice. Eu era muito amigo do [Marco Antônio Pinto] Bittar e pedi ao Milton que nomeasse o Bittar para o meu lugar, pois embora eu já tivesse 35 anos de serviço, poderia ficar mais um tempo, então apenas me aposentaria se o Bittar fosse o contemplado. E assim foi.

Memória MPM – O senhor comentou que um colega foi cassado em Campo Grande...

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Não foi aqui, mas em Minas Gerais. Ele tinha um irmão auditor, acho que o nome era Nelson. Ele prestara o mesmo concurso que eu, alcançando a quarta posição, antes da Marly. Houve cinco aproveitados, mas havia inicialmente somente duas vagas: uma, para Bagé ou Santa Maria; e outra para Campo Grande.

Memória MPM – Houve também um auditor em Mato Grosso que foi cassado em Juiz de Fora...

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Esse era o Antônio de Arruda: foi uma tremenda injustiça! Éramos muito amigos. Ele foi cassado porque brigou com um general lá em Juiz de Fora. Um absurdo! Era uma pessoa boníssima. Magro, alto, natural de Cuiabá. Eu até me assustei quando recebi a notícia, pois o Arruda saiu daqui para abrir lugar para o Paulo [Jorge] Simões Correia vir para Campo Grande. Porque o Paulo era de Campo Grande.

Memória MPM – E quanto aos crimes propriamente militares?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Lembro-me de alguns. Em Cáceres, o coronel comandante da unidade tinha recebido uma verba para construir um muro em torno do quartel. Um vigarista o convenceu a aplicar o dinheiro numa olariazinha, que chamávamos muamba. Assim, ele faria os tijolos para o muro e para outras eventuais construções para o quartel. O coronel caiu nessa. O sujeito sumiu com o dinheiro do coronel e com a olaria. Instaurou-se um processo. O coronel era antigo e, para formar o Conselho, só havia um general. Convocamos o comandante de Dourados e o coronel do 10º Regimento de Cavalaria de Bela Vista, coronel Sapucaia, muito conhecido lá na região... Atualmente, há uma cidade com o nome dele, sujeito interessante, vivia com um charuto na boca [risos]. Conversando com ele na Auditoria, perguntei-lhe se a estrada estava boa (asfalto era uma coisa rara), e ele respondeu que estava mais ou menos: “Quando está boa, de lá até aqui, eu fumo dois charutos; mas, quando está ruim, como agora, eu fumo quatro.”

Ele media a estrada pelos charutos que fumava [risos]. Bem, o coronel de Cáceres acabou sendo condenado.

O problema de formar o Conselho era recorrente especialmente no que respeitava à Marinha. Quando apresentávamos denúncia contra alguém da Marinha, o processo era enviado para ser julgado na Auditoria do Rio de Janeiro, porque não havia oficiais graduados para formar o Conselho em Campo Grande. Até que o Dr. Holanda resolveu organizar o nosso deslocamento até Ladário, pois eram poucos processos lá. Assim, reunindo numa espécie de mutirão: o juiz-auditor, o escrivão, o escriturário, o advogado de ofício e um promotor.

Memória MPM – E conseguiam formar o Conselho lá?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Sim, lá havia oficiais, mas era muito mais difícil para eles se deslocarem para Campo Grande do que a gente para lá. Eu não sei se ainda funciona assim, mas procedíamos dessa forma.

Memória MPM – Há Capitania dos Portos?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Há o 6º Distrito Naval em Ladário que fica ao lado de Corumbá. Então nós julgávamos lá, onde ficávamos dois ou três dias.

Memória MPM – Quais os casos propriamente militares que aconteciam?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Aqui, o que mais nos dava trabalho era o 11º Regimento de Cavalaria, em função das deserções.

Memória MPM – E o problema do contrabando de fronteira?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Sim! Naquela época não havia Polícia Federal, então cabia ao Exército a fiscalização. O contrabando não era do Paraguai para o Brasil, mas o contrário, do Brasil para o Paraguai, de café. O Paraguai era um dos maiores exportadores de café do mundo, sem praticamente plantar um pé. Tinha um posto do Exército, chefiado por um sargento com quatro ou cinco soldados. O que acontecia? Suborno, ou seja, o contrabandista dava dinheiro para os soldados liberarem a carga. Mas às vezes aparecia um soldado sério que acusava. Um dia perguntei ao comandante por que eles colocavam no posto sargentos sabidamente corruptos. Ele disse que não poderia colocar soldados bons lá, pois era um castigo ficar uma semana longe da família, então se destacar só os corretos, eles se corromperiam, só para não irem para lá, por isso a mescla.

A esse propósito, acontecia uma coisa interessante, também. Os contrabandistas iam às concessionárias, no interior de São Paulo, geralmente, cidades como Presidente Prudente, Araçatuba, Bauru, e compravam um caminhão em prestações, dando uma pequena entrada em dinheiro. Enchiam o veículo de café e rumavam para o Paraguai. Quando chegavam ao posto e acontecia de serem apanhados pela fiscalização séria, a carga era apreendida, e o Exército

retinha o veículo. Apreendidos por terem sido utilizados em contravenção, o Exército passava a utilizá-los, pois a lei assim o autorizava. Mas era injusto com as agências de São Paulo (havia algumas de Campo Grande, também), pois perdiam um veículo pelo qual tinham recebido apenas uns 10% do valor. E o Exército fazia questão de acabar com o caminhão! Depois de muita conversa, consegui convencer o general a devolver os caminhões para as concessionárias, afinal, elas não tinham culpa.

Memória MPM – Algum outro caso propriamente militar que lhe tenha chamado atenção?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Sim. O vencimento dos militares era envelopado, pois não tinha esse negócio de depositar no banco. A missão de envelopar era a seguinte: ia um oficial ao Banco do Brasil com uma escolta e sacava a verba, depois eram conferidos os valores e envelopados individualmente. No fim não deveria sobrar nada, pois o dinheiro que era pego deveria ser a soma dos contracheques, isto é, a folha de pagamentos na íntegra. Um dia, todo mundo lá envelopando, um soldado pegou um pacote de dinheiro e ficou jogando para cima, brincando, distraído. Assim foi saindo da sala e ninguém viu. Quando ele percebeu, estava fora da sala com um pacote de dinheiro! Ficou apavorado! Sabe o que ele fez? Foi no banheiro, jogou o dinheiro no vaso sanitário e deu a descarga. Ao final da tarde, deram falta do dinheiro. Fecharam todo mundo e afirmaram que alguém ali de dentro o tinha roubado, não havia outra explicação. Apertaram até que o soldado confessou. Perguntaram onde estava o dinheiro e ele contou a história. Tiveram que abrir todo o banheiro, o encanamento do esgoto, entupiu tudo. Ele foi processado,

mas o coitado não tinha a menor intenção de roubar. Assim como não tinha o coronel de Cáceres. Os casos eram assim... Não havia muitas ocorrências, salvo as que envolviam sargentos e soldados ao contrabando de café. Em Bela Vista não tinha muito contrabando, mas em Ponta Porã era demais! Todo mês aparecia um sargento, um cabo, um soldado, que deixava passar o contrabando e acabava sendo pego.

Memória MPM – Esse contrabando de café era mesmo complicado. Acho que só se conseguiu coibi-lo depois que a Polícia Federal desencadeou uma ampla operação, já nos anos 1980. Aí a natureza do contrabando foi-se alterando. Começaram a levar carros furtados para o Paraguai...

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Sim, bem depois. Essa facilidade veio com o asfalto, mas antigamente as estradas de terra eram terríveis. Se o sujeito furtasse em São Paulo, até chegar aqui, já estava com o carro estragado. Mas, vou-lhe dizer, eu gostei muito de lidar com os militares. Sempre, é claro, há exceções, mesmo entre a gente, do Ministério Público, podia acontecer. Eu soube de um procurador nosso que deixava passar contrabando no Paraná. Era uma pessoa muito metida. Veio aqui, nem sei o motivo, e me procurou. Ficou hospedado no hotel de passagem da Aeronáutica, dentro da base. Eu, prontamente, me ofereci para levá-lo ao aeroporto. Cheguei à base, me identifiquei para o sargento e apresentei-o. Ele imediatamente mandou formar a guarda. Eu e o sargento ficamos nos olhando. Ele mandou de novo. O sargento foi lá e mandou formar a guarda. Daí eu passei com o carro, deixei-o no hotel. Quando voltei, o sargento, que me conhecia perguntou: “Doutor Flávio, o que é isso?” Respondi que também não sabia: “Se ele mandou formar

a guarda, de certo tinha direito, mas eu não tenho, e se tivesse, não o faria”. Depois ele foi afastado.

Memória MPM – Houve casos de conflitos no campo que tenham repercutido na Auditoria?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Sim, houve um do qual me recordo. Bastante rumoroso, até. No norte do Mato Grosso, uma companhia colonizadora estava fundando uma cidade, Santa Terezinha. Planejou tudo direitinho e previu uma avenida que passaria no local onde uma igreja havia sido erguida alguns anos antes. A companhia procurou o padre responsável, um francês chamado François Jentel, para acordar a derrubada da igreja, construindo-a em outro local, mas não se estabeleceu consenso. Como estavam para chegar uns operários que iam fazer as obras na cidade, o padre armou uns colonos que bloquearam a estrada por onde passariam. A companhia já sabia da emboscada e levou soldados do Exército para liberar o acesso. Houve um confronto, por sorte ninguém se feriu. Instalou-se um IPM e eu tive que denunciar o padre e a companhia.

Feito o processo, foi para julgamento em Campo Grande. Eu sabia que o juiz-auditor, que havia sido prefeito da cidade e deputado federal, o dr. Plínio Barbosa Martins, seria pela absolvição do padre Jentel, mas sabia também que havia uma pressão do Exército sobre os integrantes do Conselho, para a condenação. O padre foi defendido pelo Hélio Fragoso. Comentaram para ele que o juiz seria favorável à absolvição, mas que havia muita pressão para que o Conselho o condenasse. O Hélio Fragoso disse, então, querer conversar

comigo. Logo percebi o que era. Por sorte o oficial de Justiça entrou na sala nesse momento e disse que o doutor Plínio estava me esperando. Me desculpei com o Heleno para ir atender ao chamado. Assim, ele não teve como me falar que já sabia da instrução para que os quatro oficiais do Conselho condenassem o padre.

Eu sustentei a acusação. O advogado de ofício foi o desembargador do Estado. Fez uma defesa brilhante de um dos acusados. O Fragoso, ao contrário, fez uma defesa fraquíssima. Decepcionante, para um advogado tão famoso... Já o advogado da companhia, que veio de Goiás, em vez de defender os funcionários, atacou o padre Jentel ao extremo. Fez uma acusação bárbara! O chamou de tudo que era nome. O Fragoso ficou doente com aquilo – a gente percebia que ele estava se remexendo. Quando o Plínio perguntou se eu usaria a réplica, disse que não. Replicar o quê se o sujeito estava sendo mais duro na acusação do que eu? Eu não podia passar a defendê-lo, não era o meu papel como membro do Ministério Público Militar. Foi uma situação inusitada. O Fragoso ficou inconformado, pois esperava que eu replicasse de alguma forma. No final, foram quatro votos a um, pela condenação.

Memória MPM – Condenaram todos?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Todos, até os funcionários da empresa, a Companhia de Desenvolvimento do Araguaia – Codeara.

Memória MPM – Quando foi o julgamento?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Em junho de 1973, salvo engano.

Memória MPM – E o padre?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Foi condenado a dez anos de prisão. Cumpriu cerca de um ano da pena e acabou sendo expulso do país, em 1975. O caso teve muita repercussão. Lembro que alguém me identificou num jornal de Paris, porque publicaram uma foto do julgamento.

O procurador-geral na época era o Ruy de Lima Pessôa. O Milton [Menezes], que o substituiria em 1977, veio para Campo Grande para conversar sobre esse processo. Ele estava preocupado principalmente com o bispo de São Félix do Araguaia, o espanhol Dom Pedro Casaldáliga, que estava na região desde 1970 e era um adepto declarado da chamada teologia da libertação. De fato, insisti com o Milton que o foco não deveria ser o padre Jentel, mas sim o bispo, que era quem fomentava toda essa efervescência na região. Eu não gostava dele. Acabou sendo aberto posteriormente um IPM contra o bispo, mas eu já havia sido promovido e o caso não veio para as minhas mãos. Até hoje esse bispo Casaldáliga é um fomentador.

Memória MPM – O senhor mencionou antes o coronel que fazia os interrogatórios à noite, em Campo Grande. Como foi isso?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Ele me telefonava à noite, marcando para a meia-noite, e informava a senha de acesso. Até hoje tem o sistema de

senha e contrassenha. Eu chegava ao portão e dizia: “A bandeira verde”. O guardinha respondia: “E amarela e azul.” Uma conclusão até meio óbvia... Aí abriam o portão, e a gente passava. Uma noite, esqueci a senha, porque até já estava dormindo quando ele me ligou para me convocar para o interrogatório. Quando eu parei o carro em frente ao portão, escutei as armas sendo engatilhadas, perguntaram a senha, mas eu tinha esquecido. Expliquei para o sargento que o coronel estava me esperando, pedi para me deixar entrar, mesmo sem a senha. Acabou me liberando... [risos].

Memória MPM – Mas, por que os interrogatórios ocorriam nesse horário?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – O coronel era gozado, ele tinha mania de fazer assim. Afirmava que era mais calmo, que não tinha muita preocupação, ele gostava disso. Mas ele era uma pessoa correta, não apertava muito os presos... Mas nem tinha muito que apertar, viu? No Mato Grosso do Sul nunca teve comunista, nunca teve subversão ou terrorismo... Nem tínhamos entre nós motivo para isso, graças a Deus!

Memória MPM – Basicamente foi o médico, o vice-prefeito e depois o padre que foram presos?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Sim, praticamente só isso. O Nelson Trad jamais admitiu ser comunista. Era do PTB, nos anos 1960, mesmo partido do presidente João Goulart. Só isso. E mesmo o padre Jentel, que, aliás, era do Norte, e não do Mato Grosso do Sul, não podia ser classificado

como agitador subversivo. Sim, envolvera-se num incidente e precisava ser denunciado, considerando a dura legislação da época, mas nem era ele o grande fomentador da região.

A propósito do médico, passados alguns anos, um general comandante da Região Militar foi acometido de um problema cardíaco. Na hora do aperto, qual o médico que foi lhe atender? O doutor Alberto Neder! Prescreveu os remédios, bateu papo com ele e prometeu voltar no dia seguinte. Tudo muito cordial e profissional. Isto é, ele estava colocando a ética da profissão acima das questões pessoais e ideológicas. No dia seguinte foi lá, atendeu-o novamente, mediu a pressão. Aí o general se exclamou: “Doutor, você é tão atencioso, prestativo, é realmente inacreditável que seja irmão de um chefe comunista!” Aí o doutor Alberto retrucou: “Não, general, o irmão é o outro: eu que sou o chefe comunista!” [risos]. Então, para ironia do destino, o “chefe comunista”, que fora preso, estava agora salvando a vida do general comandante da Região.

Memória MPM – [risos] E quanto ao processo divisionista? O senhor chegou a acompanhá-lo?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Muito! Havia consenso, há décadas, na intelectualidade de Campo Grande, em torno da pertinência da proposta divisionista. Pessoas que estariam em polos opostos em questões ideológicas, como o doutor Alberto Neder e o procurador Oclécio Barbosa Martins, que denunciou os réus naquele primeiro IPM que incluía o estado todo, convergiam na condição de grandes doutrinadores e militantes em prol da causa divisionista, já desde os anos 1930.

Nos anos 1960, o Sul do Mato Grosso tornava-se um dos polos mais dinâmicos do mundo na criação do gado nelore, que fora importado por pecuaristas empreendedores da Índia, nos anos 1930. A economia do Sul era mais dinâmica do que a do Norte. A comunicação entre Norte e Sul era difícil. O Sul estava mais integrado a São Paulo, a Minas Gerais e ao Paraná. Aliás, tinha sido eminentemente colonizado por gente vinda dessas regiões; e por gaúchos, que subiram década após década, pelo Oeste. Então, havia também uma identidade cultural diferente entre as duas partes. Politicamente, o movimento sentira-se legitimado com a candidatura de Jânio Quadros à Presidência da República, porque o Jânio era natural de Campo Grande. Mas o mesmo Jânio jogou logo de saída água fria na fervura. O assunto ainda foi publicamente debatido nos anos seguintes, mas, com a Revolução, foi substituído por outros temas. Mas, se os políticos não tratavam mais do assunto em seus discursos e a intelectualidade não publicava mais artigos na imprensa, não significa que o movimento não estivesse vivo. Estava ativo, por exemplo, no âmbito da Justiça Militar, onde auditores e procuradores tinham identificação com a causa. Aí entrou o Governo Geisel; e, confesso, tive uma participação nesse processo, de certa forma até proporcionada pelo acaso.

Havia uma exposição de gado muito forte em Campo Grande, que já chamava a atenção do mundo. Como nutríamos laços próximos com o Paraguai, cujo presidente era o Alfredo Stroessner, delegações de lá vinham nos visitar, assim como nós frequentávamos a exposição deles. Numa dessas visitas ao Paraguai, o Stroessner comentou com o doutor Paulo [Simões Correia] que gostaria de participar de uma exposição em Campo Grande. O Paulo era então o secretário da Agricultura. Formulou um convite para o Presidente do Paraguai

tão logo começaram os preparativos para a [37ª] Exposição [Agropecuária e Industrial de Campo Grande, cuja abertura seria no dia 9 de março de 1975]. O Stroessner aceitou. O Itamaraty não acreditou.

Uma semana antes da vinda do presidente, foi aquele rolo todo para montar o cerimonial, para saber quem seria o ministro que o acompanharia, como seria a vinda do presidente Geisel para receber o Stroessner. Sim, porque ninguém tinha pensado em nada disso na Capital Federal, pois o convite tinha sido feito pelo secretário da Agricultura de Mato Grosso. Quando o Itamaraty finalmente entrou na jogada, todas essas questões afloraram.

Não havia hotel confortável na cidade. De forma que o Geisel precisaria se hospedar na casa de alguém. Escolheram a melhor residência, justamente a do doutor Alberto Neder! [risos]. O doutor Paulo pedira para eu fazer a intermediação com os militares, para saber o que eles queriam e assim ir atendendo às demandas. Quando eu percebi que a casa escolhida era a do doutor Alberto, alertei-os da incongruência: como o presidente da República se hospedaria na casa do grande “chefe comunista” que os militares haviam prendido anos antes? E coitado também do dr. Neder: depois de preso e processado, tratou o general Comandante da Região e agora teria de ceder a casa para abrigar o general Presidente da República? [risos]. No final, escolheram a casa vizinha. Foi algo muito rigoroso: 48 horas antes do presidente chegar, ninguém mais poderia entrar na casa, nem os empregados, nem os proprietários...

Memória MPM – [risos] E onde o Stroessner se hospedou?

Flávio Benjamim Corrêa de Andrade – Na casa do fazendeiro Renato Ribeiro, que está vivo, com mais de 90 anos.

Bem, a programação da manhã era sair da casa onde estava o Stroessner, de carro, pegar o Geisel e ir para o local do almoço, que seria na mesma quadra da casa onde o Geisel tinha-se hospedado. Chegando ali, o presidente Ernesto Geisel convidou o Stroessner para irem a pé: a distância a ser percorrida não era nem uma quadra! Falou para o chefe do cerimonial, que se chamava Aroldo Sampaio, que eles caminhariam de um ponto ao outro. O coronel chefe da segurança falou que não podia! Que os presidentes ficariam vulneráveis, expostos, que isso estava fora da programação. Daí começou um bate-boca entre o Sampaio e o coronel. No final das contas, eles foram andando e deu certo. Mas, em função dessa briga, aconteceu algo interessante comigo.

Na véspera da exposição, veio esse Aroldo Sampaio para ver com quem o Geisel iria conversar. Chamou o Eduardo Machado, coordenador da exposição, lá na base. O Eduardo pediu para eu ir junto. Começaram a discutir com quem o presidente falaria: com o Governador José Fragelli, com os deputados, com o prefeito de Campo Grande..., Mas como nós somos gente do interior, eu perguntei se ele iria falar com o bispo. Aí o Aroldo vira para mim e diz que nessa hierarquia o bispo não era nem equivalente a um sargento. Daí ele perguntou se eu queria falar com ele! Fiquei surpreso, claro! Ponderei a respeito e disse que só falaria se fosse para tratar da divisão do Estado. Afinal, seria o único assunto de interesse público que eu poderia abordar com o presidente. Ele respondeu categoricamente que sobre esse assunto não poderia, que sobre esse tema ninguém falaria. Sendo assim, eu não queria me entrevistar com o presidente.

A gente tinha recebido antes disso um questionamento do Itamaraty, que, dentre outras coisas, perguntava quais ministros viriam junto com o Stroessner, pois cada um deveria ser recebido pelo seu equivalente brasileiro, segundo o protocolo deles lá. Daí o Eduardo me pedira para eu ir a Assunção, descobrir quem viria junto com o presidente paraguaio. Deram-me um avião, chamei o Luiz Carlos Back, vice-presidente da Acrissul, diretamente envolvido na organização da Exposição, e saímos de manhã cedo, tanto que lá chegamos às 6hs da manhã. Fui atrás do chefe de cerimonial do Stroessner para tentar resolver a missão. Ele me respondeu que não sabia quem iria junto, pois normalmente o Stroessner acordava, fazia ligações e convidava quem ele queria, ou seja, era de acordo com o humor presidencial, com o clima político do dia, algo assim [risos]. Voltei para Campo Grande e relatei o problema: nem eles sabiam quem viria junto! O pessoal do Itamaraty ficou nervoso...

Foi organizado, então, o almoço no Rádio Clube: para umas 200 pessoas. Não era muito grande. Só que o Stroessner trouxe 250 fazendeiros junto com ele! Aí transferiram na última hora para o parque de exposição, deixando um punhado de gente mais chegada aos presidentes para o almoço no Rádio Clube. Todos os demais foram transferidos para um almoço no parque de exposições. Com isso, muitos brasileiros que tinham sido convidados ficaram de fora também. E eu que tinha distribuído os convites... A pessoa chegava ao Rádio Clube, e diziam que não podia entrar porque não estava na lista. Mas ela tinha convite em mãos. Só que a lista tinha sido toda modificada depois da chegada do Stroessner com 250 fazendeiros!

Então, no meio dessa confusão da caminhada, eu acabei esbarrando no Aroldo, que, para ser simpático, me cumprimentou: “E aí Flávio, tudo bem?” Eu disse:

“Tudo bem para você que pega um avião e volta para Brasília; eu vou ter que enfrentar essa turma de Campo Grande, para quem eu distribuí os convites e a quem vocês barraram: com que cara que eu fico?” Ele percebeu a minha chateação, disse para eu não ficar assim e perguntou de novo se eu não queria mesmo falar com o Geisel. Toda a história de novo: eu disse que, se fosse para falar com o presidente, eu faria a pergunta sobre a divisão do Estado. Ele questionou então se eu me incomodaria se ele não me respondesse e pedisse para eu me retirar da sala. Eu disse “tudo bem”: preferiria arriscar. Então ele me encaixou entre duas audiências.

Eu entrei na sala e lá estava o Geisel, olhando pela janela. Ele se virou e me perguntou qual era o assunto. Respondi que tinha somente uma pergunta: como ele encararia a divisão do Estado (já esperando que ele me mandasse sair em seguida). Mas, não! Falou para eu sentar e me deu uma aula sobre geopolítica. Ele era muito mais divisionista do que eu, isto é, tinha uma compreensão nacional do problema, não apenas regional, como a gente.

Garantiu que iria dividir o Estado, mas não porque nós, de Campo Grande, não gostássemos dos cuiabanos; ou porque achássemos que tínhamos outra identidade, uma economia mais forte, um modelo de empreendedorismo mais moderno; ou porque as comunicações com o Norte fossem precárias. Aliás, naquele tempo, as comunicações estavam até melhorando um pouco, porque o governo investia em estradas, em telefonia, como nunca se fizera. Mas dividiria porque temia estados com enorme extensão territorial cuja economia era enérgica. Ele tinha a São Paulo de 1932 em mente, isto é, o dramático momento em que o Estado mais desenvolvido da Federação se revoltara e pegara em armas contra a Nação, com uma proposta autonomista. Disse que,

se deixasse Mato Grosso inteiro, mais cedo ou mais tarde, poderia aparecer um governador que perceberia as condições para se tornar um país independente. Então ele queria acabar com isso, antes que essas condições se criassem. Falou mais: que mexeria no mapa de outras partes do país, precisamente para neutralizar, de saída, chances de secessões territoriais. A fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro se consumaria em uma semana, tendo já sido definida por lei no ano anterior.

Na saída, o presidente Geisel alertou-me que, se soubesse ter eu contado para alguém o conteúdo da nossa conversa, ele iria me desmentir, pois a imprensa já estava em cima, e ele não queria alvoroço. Ele me comentou algo mais, que depois me permitiu constatar como era difícil a vida de um presidente: se eu pudesse sugerir alguém, quem eu gostaria de ver como governador do futuro Estado? Não mencionei nome algum e procurei tranquiliza-lo, pois havia muitas pessoas qualificadas para assumir o cargo no Sul. Ele disse que estava preocupado, sim, pois o governador do Acre [Francisco Wanderley Dantas] estaria lhe dando um enorme trabalho. Na semana seguinte, encerrava-se o mandato do governador do Acre, e ele não foi reconduzido. Ainda perguntei mais uma vez: “e a divisão?” Ele me disse que, assim que sentasse o pé na Guanabara, ele concretizaria a divisão. Foi exatamente o que aconteceu. Em outubro de 1977, se consumou a divisão. Era uma pessoa sincera.

Quando chegou a hora, fizemos algumas reuniões para discutir qual seria o nome do novo Estado. Eu sugeri Campo Grande. Foi o primeiro nome aventado, inclusive divulgado nos jornais em 12 de outubro, no dia seguinte à lei ser sancionada pelo presidente. Mas acabou prevalecendo Mato Grosso do Sul. Tudo bem, afinal.

Memória MPM – Dr. Flávio, muito obrigado pelo depoimento!